

O novo cavaleiro no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende

GERALDO AUGUSTO FERNANDES
Universidade Nove de Julho
Brasil

*Renego do cavaleiro
que nam tem bem de comer,
arrenego do fazer
a lenha em roim mato*¹.

As aventuras marítimas portuguesas em África no início do século XV, iniciada por D. Henrique (1394-1460), caracterizam-se, entre outros, pela mescla de dois ideais²: a cristianização dos infiéis e a exploração de mercadorias valiosas como o ouro, o açúcar, o marfim, as especiarias, além do comércio de escravos. Esses ideais transparecem já no discurso de D. Henrique, o Navegador:

prouve o nosso Senhor me dar certa informação e sabedoria daquelas partes desde o dito Cabo de Não até passante toda a terra de Berberia e Nubia e assim mesmo per terra de Guinea bem trezentas léguas, de onde até agora, assim no começo por guerra com o depois por maneira de trauto de mercadoria e resgates, é vindo à Cristandade mui gram número de infiéis cativos, do qual, devido grandes louvores a nosso Senhor, a mor parte são tornados à sua santa fé. E está bem aparelhado para muitos mais virem e serem feitos cristãos, além

1 “Arrenegos que Fez Gregorio Afonso, Criado do Bispo d’Evora” (*CGGR*, 561, III, pp. 73-82). As referências ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende serão abreviadas pela sigla *CGGR*. A edição utilizada para este estudo é a mais recente, de 1990-1993, empreendida por Aida Fernanda Dias, que fixou o texto, estudou-o (no Volume V, “A Temática”, de 1998) e organizou um *Dicionário Comum, Onomástico e Toponímico* (Volume VI), de 2003. A publicação é da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Maia. Dessa forma, todas as referências a número dos poemas, volume e às páginas em que estes se encontram remetem à edição da estudiosa.

2 De acordo com Edwin Hunt e James M. Murray, as descobertas do Novo Mundo e a rota pela costa Africana, “were of course motivated by the twin objectives of securing direct access to the spices and fabled luxury goods of India and the Far East and promoting the Christian religion. This drive to circumvent the middlemen of the Near East and the defeat the forces of a resurgent Islam was soon to be rewarded beyond the wildest dreams of anyone concerned”. (Cf. Edwin Hunt & James M. Murray, *A History of Business in Medieval Europe, 1200-1550*, New York, Cambridge University Press, 2008, p. 185).

das mercadorias, ouro e outras muitas coisas que de lá vêm e se cada dia descobrem muito proveitosas a estes reinos e a toda a Cristandade...³

Com D. Henrique, e ainda após sua morte, os portugueses continuaram a desvendar a costa africana, chegando a Serra Leoa, atingindo o arquipélago de Cabo Verde, a Guiné, a Madeira, os Açores. O que se destaca das empresas marítimas que se seguiram às do Navegador é a intervenção cada vez maior da realeza nessas aventuras. Para plena efetivação disso, os monarcas avisinos concediam privilégios e terras àqueles que financiavam ou se dedicavam aos empreendimentos marítimos; recebiam-se benefícios tanto nas terras conquistadas, quanto na metrópole. É assim que uma nova classe começa a ascender – a dos mercadores. Apesar de malvistas pela alta nobreza, permitiram

the means for rulers to build the administrative structures, often manned by businessmen that enabled them to tighten control and enhance their power over their subjects. Businessmen, for their part, saw in the sovereigns the means to the secure environment they needed to carry on predictable and profitable operations⁴.

No entanto, essa mesma nobreza beneficiava-se dessa ascensão. Segundo José Hermano Saraiva, da segunda metade do século XV até o fim do reinado de Afonso V (1438-1481)⁵, a política nacional vai-se identificando com os interesses da alta nobreza, com doações, criação de novos títulos nobiliárquicos, incremento no número de funcionários de corte, exercício dos ofícios régios por membros da nobreza, aumento das tenças e dos benefícios – o que causou a redistribuição das receitas da coroa pela clientela nobre. A tudo isso, somam-se os muitos empreendimentos militares⁶. Ressalte-se, ainda, que essa mesma burguesia mercantilista foi o grupo social do qual os monarcas se aproveitaram para fortalecer o poder real. Conforme analisa Renata Cristina de Souza Nascimento,

a burguesia foi muito mais um grupo social, do qual os monarcas se aproveitaram para o fortalecimento do poder real. O “emburguesamento” do rei, da família real, da nobreza e do alto funcionalismo, no sentido de participarem de um empreendimento de caráter comercial, explicam a relativa importância que a burguesia vai assumir na empresa dos descobrimentos marítimos, essencialmente dirigidas e financiadas por uma burocracia dependente do poder real e dos capitais da coroa, dos grandes senhores e de alguns estrangeiros. Apesar da participação nos empreendimentos comerciais marítimos, o rei e os nobres, jamais renunciaram ao enquadramento senhorial, no qual estavam inseridos⁷.

3 João da Silva Marques (Org.), *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, INIC (Vol. I e Suplemento), 1988, p. 544. A aventura marítima empreendida por D. Henrique proporcionou, além da expansão comercial, o aperfeiçoamento das técnicas de navegação, o que, segundo Hunt & Murray, contribuiu para se enxergar o século XV como fomentador da inteligência, visão e exploração de recursos que antecipariam a era moderna: “The Portuguese, egged on by Henry the Navigator, designed the highly maneuverable caravel specifically for long voyages of exploration, with little carrying capacity and relatively large crews. Late in the century, they built much larger versions, still with good maneuverability and suitable for carrying cargo between Portugal and its inland possessions in the Atlantic as well as the ports of West Africa”. (Edwin Hunt & James M. Murray, *op. cit.*, p. 175).

4 *Idem*, p. 78.

5 Considera-se 1438 a data em que D. Afonso V, aos seis anos de idade, é aclamado rei de Portugal, devido à morte do pai. (Aida Fernanda Dias, *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário [Comum, Onomástico e Toponímico]*, Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003, vol. VI, pp. 36-37).

6 Cf. José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1999, p. 128.

7 Renata Cristina de Souza Nascimento, *Os Privilégios e os Abusos da Nobreza em um Período de Transição: o Reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)*, Tese de Doutorado em História, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005, 227f. Registre-se que a burguesia, diferentemente de seu sentido atual, designa os habitantes de uma cidade; “a ‘burguesia’ no sentido medieval não tem, então, nada a ver com a classe que geralmente designamos por este termo, pois ela inclui tanto cavaleiros como trabalhadores assalariados que residem na cidade”. (Cf. Jérôme Baschet,

Em muitos poemas do *CGGR*, editado em 1516, cantam-se as aventuras – e desventuras – das Descobertas, alguns, inclusive, antecipando a epopeia camoniana⁸. Nas trovas 394, objeto deste estudo, João Rodrigues de Castel Branco responde ao comendador de Rosmaninhal, Antão da Fonseca, quem, de Alcácer Ceguer, lhe enviara algumas trovas e a quem o poeta retribuiu com novas da corte. A fortaleza de Alcácer Ceguer permitiu um maior domínio português sobre o extremo norte do Marrocos; a posse, da qual participou o próprio monarca, Afonso V, deu-se a 24 de outubro de 1458, tendo sido efetivada por D. Duarte de Meneses. Foi a partir dessa posse que Portugal realiza a sonhada conquista de Tânger, conforme relata Zurara: “[C] Om estas cousas que assy o conde hya fazendo na terra dos mouros hya osseu poder delles enfraquecendo cada uez mais. Specialmente naquela comarca de tanger, onde o sseu desejo mais inclinava fazer dampno”⁹.

O poema de Castel Branco revela quem é o cavaleiro dos Quatrocentos e Quinhentos – um homem dividido entre os ideais de uma classe impávida ante um mundo novo que lhe surge, impregnado de atrativos que o corrompem – nas palavras do poeta, um cavaleiro que sente que “toda nossa fantasia / estaa posta em folgar / e às vezes em ganhar / em qualquer mercadoria”. João Rodrigues inicia seu poema valendo-se de um dos códigos primeiros da cavalaria: a homenagem ao interlocutor, pois a polidez, o refinamento e a elegância são marcas distintivas do cavaleiro¹⁰. Em seu *Livro da Ordem da Cavalaria*, Raimundo Lúlio comenta que as qualidades do cavaleiro são as de ser o “mais amável, mais sábio, mais leal e mais forte, e com mais nobre coragem, com mais ensinamentos e de *bons modos* que todos os outros”¹¹. Logo, a cortesia verbal é um dos quesitos para que o cavaleiro respeite e seja respeitado – ao

A Civilização Feudal. Do Ano Mil à Colonização da América, [Trad.] Marcelo Rede, Rio de Janeiro, Globo, 2006, p. 146). Ainda de acordo com o autor, “mercadores, artesãos e banqueiros enriquecidos têm apenas um desejo: fixar-se na zona rural, adquirir feudos, se possível serem consagrados cavaleiros, e esforçar-se para fazer acreditar que pertencem a uma linhagem de antiga nobreza. Ainda no século XV, os mercadores de Barcelona, dentre muitos outros, voltam-se para as rendas fundiárias ou senhoriais, instalam-se nos quarteirões mais aristocráticos e enchem suas bibliotecas de obras cavaleirescas”. (*Idem*, p. 156). Note-se que o desejo de “fixar-se na zona rural” parece contraditório, pois é na cidade que a burguesia se estabelece e onde se cerca ao monarca para dele obter privilégios. Em Portugal, isso é bem claro pela centralização do poder nas mãos do rei, que distribui cargos, terras e outros benefícios com o intuito de controlar essa nova classe em ascensão, mas também valer-se dela para financiar sua expansão marítima.

- 8 Aida Fernanda Dias considera as trovas 390 (“De Luis Anriquez ao Duque de Bragança, quando Tomou Azamor, em que Conta como Foi.”) exemplos de *poesia heroica*, e as trovas 365 (“De Luis Anriquez aa Morte do Principe Dom Afonso, que Deos Tem.”) e 367 (“De Luis Anriquez, quando Troxeram a Ossada D’El-Rei Dom Joam o Segundo, que é em Santa Groria.”), exemplos de *poesia elegíaca*, as quais conteriam o germe da grande epopeia que desenvolverá Luís de Camões em *Os Lusíadas*. Ressalve-se que, além dessas, há outros exemplos que se enquadram nos gêneros de poesias “heroica” e “elegíaca”.
- 9 Gomes Eanes de Zurara, *Crônicas do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, pp. 250-251. As conquistas no campo mouro não teriam sido dificultosas, como se pode inferir dos estudos de Victor Deodato da Silva. Com referência à posse de Ceuta, que culminaria mais tarde na de Tânger, escreve o estudioso: “Não obstante todos os esforços de Zurara em sua crônica para dar ao feito luso dimensões épicas grandiosas, cósmicas mesmo, ele não consegue esconder que os mouros se constituíram então em presa fácil, pois a conquista da cidade se verificou num dia de campanha (os maiores obstáculos foram os ocorridos durante a viagem, decorrentes das falhas de técnica de navegação) e com bem poucas baixas. Se, vinte e um anos depois, em Tânger, as coisas se passaram de forma diferente, as carências de material humano e a falta de recursos financeiros, para organizar um dispositivo logístico-militar conforme as prescrições da época, pesaram muito mais do que quaisquer fatores ligados à técnica de combate, o que seria confirmado nas expedições da época de Afonso V”. (Cf. *Cavalaria & Nobreza no Fim da Idade Média*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1990, p. 169).
- 10 “A ‘cortesia’ é o ideal do comportamento aristocrático, uma arte de viver que implica polidez, refinamento de costumes, elegância e ainda, além dessas qualidades puramente sociais, o sentido da honra cavaleirosa”. (Cf. Danielle Régnier-Bohler, “Amor Cortesão”, In: *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, [Org.] Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, [Trad.] Lênia Márcia Mongelli, Bauru/São Paulo, EDUSC, 2003, vol. I, p. 48).
- 11 Raimundo Lúlio, *O Livro da Ordem da Cavalaria*, [Trad. apres. e notas] Ricardo da Costa, São Paulo, Giordano, p. 13. (Grifos meus).

elogiar seu interlocutor, o cavaleiro presta-lhe homenagem e louvor. É dessa forma que Castel Branco reverencia Antão da Fonseca, que comandava as tropas na conquista de Alcácer Ceguer:

Porque sempre em vos servir
 desejo ser acupado,
 quis tomar este cuidado
 para vos dar em que rir,
 5 porque nam posso fogir
 do que quer meu coraçam,
 que vos tem tal afeiçam
 que nam vos pode mentir.

O poeta usa termos próprios da galanteria, já observados na poesia trovadoresca: o verbo “servir”, por exemplo, retrata os laços de vassalagem do cavaleiro ao seu senhor. Essa galanteria verbal é parte da cultura palaciana que nasce da combinação da nobreza com a realeza, preparando uma nova sociedade. Nas palavras de Jole Ruggieri,

la nobiltà, che gradatamente era stata immobilizzata, si avvicinò al re facendosi *palaciana*, tutta si rivolse alle galanterie cortesi, ed ebbe la sua letteratura, che naturalmente fu letteratura di corte, in cui si continuava il libero canto cavalleresco dei secoli antichi, in qualche misura però modificato dalla tradizione castigliana e dallo spirito nuovo della prima Rinascenza¹².

Castel Branco vale-se, ainda, de palavras que amenizam tais laços vassálicos: a afeição e a sinceridade, pois ao cavaleiro honrado, a mentira é abominável. Lembre-se que a verdade é uma das virtudes da alma, segundo Lúlio¹³. No entanto, o poeta revela o tom que permeará suas trovas: é uma sátira aos costumes, pois quer que, ao lê-las, o comendador folgasse em rir.

Feitas as reverências, o poeta agradece certas trovas que Fonseca lhe havia enviado, bem metrificadas, as quais inspiraram Castel Branco a compor seu poema evidenciando as diferenças entre o cavaleiro em luta contra os mouros na costa africana e aquele sediado na corte. Diz, com certa ironia, invejar seu interlocutor e que levava “groria sobeja” da grande honra que havia ganhado o cavaleiro em luta: a referência à honra, na segunda estrofe, marca outro dos preceitos da cavalaria. Ao demonstrar inveja, dissimulada, como se revela nas entrelinhas, o cortesão da metrópole começa a diferenciar os dois tipos de cavaleiros dos fins dos séculos XV-XVI. Na didascália e na terceira estrofe, nota-se o gênero de que se valerá Castel Branco: o epistolar, em grande voga na poesia quatrocentista/quinhentista. Nelles, os poetas cantam o tema do desconcerto do mundo, em que revelam as adversidades de um mundo novo que convive, ainda, com outro que cultua os ideais cavaleirescos e cristãos. Além disso, o gênero serve para a crítica aos costumes e às pessoas, geralmente como sátira maldizente. No caso das trovas em estudo aqui, a epístola serve às descrições e referências a lugares conquistados durante as empresas

12 Jole Ruggieri, *Il Canzoniere di Resende*, Genève, Leo S. Olschki, S.A., 1931, p. 7. Quanto à questão do elogio nos poemas do *CGGR*, principalmente nas *perguntas e respostas*, subgênero das trovas de Castel Branco, assim comenta Maria Isabel Morán Cabanas: “Em geral, em tais textos o autor dirige-se ao seu confidente elogiando os seus grandes valores intelectuais e até o seu cavalheirismo e valentia”. (Cf. “O *Exemplum* na Lírica Amorosa Medieval Galego-Portuguesa e do *Cançoneiro Geral*”, In: *Retórica, Política e Ideología desde la Antigüedad hasta Nuestros Días. Retórica Clásica y Edad Media*, (Actas del II Congreso Internacional), Salamanca, Logo, 1997, vol. I, p. 358).

13 De acordo com o clérigo filósofo, as virtudes que fazem um verdadeiro cavaleiro são “justiça, sabedoria, caridade, lealdade, *verdade*, fortaleza, esperança, esperteza [astúcia], e as outras virtudes semelhantes a estas [que] pertencem ao cavaleiro quanto à alma”. (Raimundo Lúlio, *op. cit.*, p. 31. Grifo meu).

ultramarinas e, nas várias alusões a estas, o poeta compara os feitos concretos dos portugueses a grandes nomes da Antiguidade. Note-se que no poema de Castel Branco o que se revela mais importante é a distinção entre o ócio de quem vive na metrópole e a vida do “verdadeiro” cavaleiro em luta contra os infiéis no norte africano.

Paul Zumthor, num artigo dedicado exclusivamente à poética dos *rhétoriqueurs*, comenta sobre o gênero epistolar e a importância dele no desenvolvimento da poesia do fim de Quatrocentos e início de Quinhentos. Começa por definir os motivos de tais textos, os quais se assemelham aos dos poetas cortesãos do *CGGR*: “En vertu de la dispersion géographique à la fois, et de la force des liens personnels entre membres du grand jeu de la cour, l’êpître est l’une des formes de discours les plus profondément enracinées dans la pratique des rhétoriqueurs”¹⁴. Em seguida, Zumthor descreve os pretextos para a escritura de cartas poéticas:

Mais, sous le prétexte d’un échange de messages, les énoncés les plus divers revendiquent – et s’intègrent – valeurs et significations contextuelles propres à la situation épistolaire. La variable ici réside dans la référence liant le texte à cette situation: de la représentation d’une pratique vécue, à la pure fiction rhétorique. Missives versifiées, qu’adressent à un protecteur, à un confrère, un ami (...). Êpitres amoureuses, où l’imaginaire fonctionne dans les limites du vraisemblable «courtois», parfois parodiquement inversée. Êpitres d’outre-tombe, que légitime l’autorité des *Heroïdes* ovidiennes (...) Êpitres enfin adressées à une collectivité sommairement définie, classe d’individus supposée réceptive de la communication...¹⁵

Também no *CGGR*, tudo é motivo para se dirigir a alguém através das “lettres missives”. As cartas ora estão designadas como tal na didascália ou no corpo do poema, ora seu enunciado permite inferir-se que a composição pertence ao gênero epistolar. Nas trovas 394, elas vêm designadas na didascália, “Trovas que Mandou Joham Rodriguez de Castel Branco a Antam da Fonseca, Comendador de Rosmaninhal, a Alcacer-Seguer, em Reposta Doutras”, e no corpo do poema, como se comprova nos últimos versos da terceira estrofe:

As trovas que me mandastes
 10 vos tenho muito em mercê,
 porque vos dou minha fe
 que bem as metreficastes.
 Dos mouros que laa matastes
 vos tenho muita enveja
 15 e levo gloria sobeja
 da grand’honra que ganhastes.

E pois que, senhor, de laa
 me fazeis mercê de novas,
 quero nestas minhas trovas
 20 dar-vos algũas de caa.
 E a primeira seraa
 contar-vos de nossa vida
 e assi de quam perdida
 a terra sem vós estaa.

14 Paul Zumthor, “Le carrefour des rhétoriqueurs. Intertextualité et rhétorique”, *Poétique*, Paris, (27): 328, 1976.

15 *Idem*, pp. 328-329.

Significativos são os versos 23 e 24 em que Castel Branco pontua o verbo “perder” – estaria ligado à perda dos valores cavaleirescos, pois os empreendimentos marítimos do século XV (e logo mais do século XVI) vão marcando o antigo *versus* o novo, a troca da honra e cortesia pelo culto aos valores materiais advindos das Conquistas. E esses valores vêm expressos ao longo das estrofes restantes, em que o poeta louva as glórias de Antão da Fonseca em África e ironiza o cavaleiro que não está em luta e que, na corte, consola-se em representar os ideais cavaleirescos através dos torneios e da galanteria às damas. Se no campo de batalha, o cavaleiro quebranta as fronteiras mouras, lutando contra obstáculos intransponíveis, as “tranqueiras”, o cavaleiro da metrópole não pensa nas azagaias ou noutras armas luzidias, de uso do cavaleiro combatente.

No entanto, o cavaleiro ainda cultivava um dos preceitos da instituição cavaleiresca: o serviço à dama, que, no fim dos Quatrocentos e início dos Quinhentos, se revela tão fingido quanto aquele cantado nos poemas trovadorescos. Ao gastar suas vidas “em capas, gibões e saias”¹⁶, Castel Branco satiriza a moda pomposa da corte – mais do que exaltar a cortesia devida às senhoras, o verbo “gastar” revela não só desperdício financeiro, mas também um desperdício de tempo, já que o verdadeiro cavaleiro deveria se dedicar ao seu primeiro ofício: a luta contra os infiéis¹⁷. Ressalve-se também que o verbo “gastar” adquire outro sentido, relacionado à gentileza cavaleiresca: subentende-se que o cortesão despense seu tempo no enalço das damas, alegando a permissividade nos relacionamentos da corte. Não há de se contestar que um dos códigos da Cavalaria seja aquele da gentileza dedicada às damas, no entanto, ao se referir à vestimenta, o poeta critica a prioridade que esta – e também a honra à senhora – adquiriu, já que lhe parece que o novo homem vai pendendo para os valores exteriores em detrimento aos espirituais e morais. Essas dicotomias revelam-se ainda maiores nas estrofes quatro e cinco.

Como característica dos poemas encomiásticos, os cavaleiros que estão em luta são comparados a grandes figuras da Antiguidade. Ao conquistarem Tetuão, no Marrocos, logo após a primeira conquista em África – Ceuta, em 1415 – os “gentis cavaleiros, / esforçados e guerreiros” mostram-se mais fortes que Cipião, um dos bravos guerreiros romanos que se destacaram nas empreitadas africanas¹⁸. Em contraposição, os cavaleiros da metrópole, além de não buscarem “favor do capitam”, andam com segurança “pola vila e fora dela” e, numa das mais contundentes críticas, alude o poeta à frouxidão dos novos cavaleiros: são mais moles que duros “pola froxeza da terra”, pois não fazem guerra, exceto contra os “vinhos puros”, ou seja, escondem sua decadência na embriaguez, como revela a sexta estrofe:

25 Vós laa quebrantais as raias
e as tranqueiras dos mouros
e nós cá corremos touros
e fazemos grandes maias.
Nam curamos d'azagaias

16 As saias podem ser uma “espécie de veste, com fraldão até ao joelho, ou mais curto, com abas” (Aida Fernanda Dias, *op. cit.*, 2003, p. 618) usadas pelos homens; no entanto, dada a ambiguidade almejada pelo poeta, o termo parece estar ligado à vestimenta feminina: os cortesãos gastam suas vidas na corte ao serviço das damas.

17 Para Raimundo Lúlio, “o Deus da glória elegeu cavaleiros [aqueles] que por força das armas vençam e submetam os infiéis que cada dia pugnam em destruir a Santa Igreja”. (*Op. cit.*, p. 23). De acordo com Georges Duby, a cavalaria é um ofício que pertence a uma só espécie de homem, aquela que “é formada pelos combatentes dignos de tal nome, designados por Deus para tal ofício; a espada que receberam ao serem, solenemente, armados atesta qual é a sua vocação: são eles os cavaleiros”. (Cf. *Guilherme Marechal, ou, o Melhor Cavaleiro do Mundo*, [Trad.] Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro, Graal, 1987, pp. 76-77).

18 De acordo com Aida Fernanda Dias, há dois romanos cognominados de “Africanos”: Públio Cornélio Cipião, que teria posto fim à segunda guerra púnica, e Públio Cornélio Cipião Emiliano, adotado pelo primeiro, também guerreiro em Espanha e África. (*op. cit.*, 2003, pp. 172-174).

30 nem d'armas muito lozidas,
mas gastamos nossa vidas
em capas, gibões e saias.

Entrastes em Tetuam
como gentis cavaleiros,
35 esforçados e guerreiros,
mais fortes que Cepiam.
Nós cá temos o Veram
em logeas frias, sem calma,
sem buscar sombra de palma
40 nem favor do capitam.

Andamos muito seguros
pola vila e fora dela,
nam vemos rolda nem vela,
nem baluartes nem muros.
45 Somos mais moles que duros
pola froxeza da terra,
com ninguem nam temos guerra
senam soo com vinhos puros.

Nas estrofes seguintes, da sétima à décima, Castel Branco descreve as atividades do cavaleiro cortesão, os prazeres que tiram das canas – uma variação das justas, com tiras de madeira pontiagudas¹⁹ em vez das lanças. Diz lutarem dois contra dois ou três contra três, a cada duas ou três semanas, às vezes de mês em mês. Começa a revelar, então, qual é a nova batalha: a ganância, pois “toda a nossa fantasia / estaa posta em folgar / e às vezes ganhar / em qualquer batalha”. Como não têm montaria, divertem-se com a arte da caça²⁰ ou da pesca; quanto à vestimenta do cavaleiro, diz não ser equivalente à daquele em combate: “não temos ricos jaezes / nem arreos esmaltados, mas temos algũs dourados, / outros negros como pezes”. Obviamente, trata-se de ironia do poeta, pois é sabido que a aristocracia avisina se caracteriza pelo fausto e pompa tanto no vestuário quanto no mobiliário, na arquitetura, nos acessórios, em decorrência, principalmente, das riquezas advindas das Conquistas.

Na décima primeira estrofe e na seguinte, uma mudança de rumo: o poeta começa a criticar a própria guerra, como se pode deprender dos versos em quem diz que a guarnição militar de fronteiras – a

19 *Idem*, p. 150. O gosto pelos torneios inicia-se cedo, à época mesmo da formação da cavalaria. Ela estaria no auge nos anos vinte do século XIII e sempre foram condenados pela Igreja: “os torneios, afirmava ela, desviavam os cavaleiros de Cristo dos negócios militares importantes, em especial da cruzada; eles mutilavam, estragavam esses guerreiros cuja vocação seria a de combater o mal, a heresia, a descrença; eles os dizimavam: pois nesses enfrentamentos havia maior risco de morte do que na própria guerra. Contudo, os duques e condes – os altos barões – não se sentiam tão presos quanto os reis pelas proibições eclesiásticas”. (Georges Duby, *op. cit.* p. 126.) Nos séculos XV e XVI, em Portugal, os torneios faziam parte da vida em palácio e não se restringiam à habilidade no manuseio das armas, mas também na habilidade poética durante os serões áulicos.

20 “A caça na Idade Média era uma das principais ocupações dos nobres, pois sua prática como desporto exigia fortuna, tempo livre e dependentes. As principais funções da caça desportiva eram, em tempo de paz, preencher o longo período de ócio e preparar para a guerra. Caçava-se fundamentalmente de duas maneiras: por perseguição ao animal (montaria) e através de aves de rapina domesticadas (cetraria)”. (Cf. Risonete Batista de Souza, “Montaria: a Saborosa Arte de Formar o Cavaleiro”, In: *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*, [Coord.] Lênia Márcia Mongelli, São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 160). É evidente que no contexto do poema de Castel Branco, Portugal estava em guerra no norte africano, portanto, vale apenas a referência ao ócio, ou seja, era passatempo daqueles que não estavam em luta.

frontaria – provoca carnificina, mas não abastece nenhuma mesa. Isso talvez porque, como diz na estrofe seguinte, um cavaleiro se basta com pão apenas, pois se tivesse fartura, a ousadia lhe seria tolhida²¹. Esclarece, então, de certa forma, a dicotomia que envolve a cavalaria de seu tempo: se a mortandade de mouros não farta alguma mesa e a ordem militar não requer grande fartura, por que, então, a guerra?²² Deixa nas entrelinhas o questionamento, mas, como o poeta já comentara antes, a ganância não traz ao cavaleiro a honra passada. No entanto, percebe-se que o poeta prefere a vida da corte, mais amena, à vida no campo de batalha – é aqui que se revela, então, o novo cavaleiro:

E o de que me mais pesa
 dessa vossa frontaria
 que vossa carniçaria
 nom farta nenhũa mesa.
 85 Nam sei se vos é defesa
 polos imigos da fee,
 se se defende, porque
 tendes guerra tam acesa.

 Porem, se se bem olhar,
 90 nom vos deve dar paixam,
 que, como teverdes pam,
 o al se pod' escusar.
 Porque a ordem melitar
 nam requiere gram fartura
 95 qu' às vezes tolhe soltura
 ò tempo de pelejar.

Nova alteração de rumo começa o poeta a partir da estrofe treze. Se até então diferenciava o cavaleiro em batalha àquele que se resignava em “correr touros e fazer grandes maias”²³ na Corte, começa a descrever o relacionamento entre mouros e cristãos na própria metrópole. Registre-se que os poemas reunidos por Garcia de Resende em seu *Cancioneiro* têm por mérito, além da poeticidade e inovação, registrar como se movimentava a sociedade portuguesa dos séculos XV e XVI, mostrando-se valoroso

21 Conforme relata Georges Duby, a largueza é uma das três virtudes que o cavaleiro deveria possuir, aquela que o faz justo e desapegado das coisas materiais, pois ela “realiza o gentil-homem, instaura a distinção social (...) o cavaleiro tem o dever de nada reter em suas mãos. Tudo o que lhe chega ele dá. De sua generosidade haure a força que possui e o essencial de seu poder – ou, pelo menos, o renome e a calorosa amizade que o cercam. (*op. cit.*, pp. 120-121).

22 Nas trovas anteriores a estas estudadas aqui, João Rodrigues de Castel Branco denuncia com maior contundência os males da guerra e a ingratidão àqueles que retornam dela. Não recebem recompensa, apenas esquecimento e miséria: “Armadas idas d’alem / ja sabeis como se fazem, / quantos cativos lá jazem, / quantos lá vam que nam vem! / E quantos esse mar tem / somidos, que nam parecem, / e quam cedo caa esquecem, / sem lembrarem a ninguem! // E algũs que sam tornados / livres dessas borriscadas, / se os is ver aas pousadas / achai-los esfarrapados, / pobres e necessitados / por mui diversas maneiras, / por casas das regateiras / os vestidos apenhados”. Ante essa visão de ingratidão, confessa o poeta preferir a vida do campo, para onde, desiludido, se retirara: “Agora julgai vós laa / se fiz mal nisto que faço: / em me tirar desse paço / e mudar-me pera caa. / Pois é certo que se daa / algum pouco galardam, / lança mais em perdiçam / do que nunca ganharaa”. (Cf. *CGGR*, 393, II, pp. 312-316).

23 “Em Roma, era a festa que se celebrava com ramos, ervas e capelas de flores, no mês de Maio, por ser o tempo em que as flores são mais viçosas (...). Entre nós [portugueses] e em certos lugares, vestiam-se meninas, as *Maias*, como anjos e punham-se-lhes nas cabeças coroas de rosas; noutros, um rapaz, coroadado de giestas, era o *Maio*, à volta do qual dançavam as raparigas...” (Aida Fernanda Dias, *op. cit.*, 2003, p. 417).

documento histórico²⁴. Lisboa, à época dos Descobrimentos, tornara-se uma metrópole habitada tanto por europeus ávidos pelos resultados da expansão marítima, como genoveses e florentinos, quanto por um turbilhão de escravos africanos²⁵. Castel Branco registra, em especial no poema aqui analisado, como se relacionavam os portugueses e os mouros, aludindo, inclusive, àqueles que, desde antes da Reconquista castelhana, habitavam a ilha de Granada. Começa por insultar as mouriscas, tratando-as por “perras”, denegrindo as mulheres muçulmanas – tanto em África como em Portugal, designavam-nas insultuosamente pelo equivalente português de “cadela” – uma clara ação que contraria o código cavaleiresco, que não deve valer àqueles que não pertencem à classe ou à raça. Na verdade, o que quer ressaltar Castel Branco é a suposta voracidade dos mouros pelos negócios. A batalha que se trava na metrópole não é a da conquista dos infiéis para que se tornassem cristãos, mas se luta contra a habilidade comercial dos muçulmanos, e também dos judeus²⁶, quem os portugueses culpavam pela desonestidade nas negociações. O relacionamento entre cristãos, mouros e judeus desenvolveu-se com certas restrições a que se submetiam os cristãos novos, os que eram obrigados a se converter ao cristianismo. No entanto, desde a Reconquista, essas restrições não haviam suscitado grandes ódios ou invejas, tendo a coroa beneficiado algumas comunidades mouras. De acordo com Adeline Rucquoi, a coexistência entre essas comunidades desde o século XIII, “foi substituída dois séculos depois por uma hostilidade e uma intolerância mútuas, frutos do afastamento e do medo”²⁷. Isso é revelado, de certa forma, nas estrofes finais do poema de Castel Branco:

Das perras em que falais
dai-as ò demo por suas,
quanto mais seguís as ruas
100 menos gualardam levais.
Bem sei ja que me tomais

24 Quanto aos textos poéticos tomados como documentos históricos, Rómulo de Carvalho assim se pronuncia: “qualquer texto poético constitui um documento social na medida em que o assunto de que trata, os termos em que é redigido, a escolha dos vocábulos que utiliza, a sua ordenação formal, o seu ritmo ou falta dele, a sua intencionalidade, tudo são sinais definidores de uma sociedade determinada”. (Cf. *O Texto Poético como Documento Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. VII).

25 Conforme atesta Aida Fernanda Dias, “Lisboa era um mar imenso de riquezas, nada lhe faltando senão ‘governo [e] bons regimentos’. O desprezo pelo trabalho, a existência de uma população inactiva, servida pelos braços de milhares de escravos, que encham o Reino, enquanto os seus naturais se ausentam para as Ilhas, para África, para o Brasil e para a Índia, sinais evidentes de próxima ruína, levam Resende a dizer como Clenardo: veemos no reino meter / tantos captivos crescer, / e irem-se os naturaes, / que, se assi for, serem mais / eles que nós, a meu ver. (...) Grandes e pequenos, nobres e plebeus, clero regular e secular, não têm em mente senão ‘crescer e medrar’; não se olha à condição nem à competência de cada um; não se serve com lealdade, dedicação e zelo; favorecem-se os amigos; os cargos são dados não por mérito próprio, mas por aderência”. (Cf. *CANCIONEIRO Geral de Garcia de Resende*, “A Temática”, Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, vol. V, pp. 389-390). A autora refere-se ao historiador flamengo Clenardo, quem, a convite da corte portuguesa, morou em Lisboa, entre 1533 e 1538, e, em suas cartas, criticava os costumes lisboetas; os versos citados por Dias estão na *Miscelânea*, reunião de crônicas e poemas de Garcia de Resende.

26 Num antológico poema de Álvaro de Brito Pestana, o poeta enumera os causadores dos “ares maos” que corroem Lisboa e dá “maneira de serem fora dela”. Pestana indica que um dos motivos da pestilência moral deve-se à permissividade dada aos judeus e mouros, de quem os portugueses aprendem a roubar nos pesos e nas medidas, e que convivem com os cristãos da metrópole: “Maa hora vimos judeus / e os seus modos viventes / aprendemos, / por sotis enliços seus / em todos maos acidentes / nos metemos. / Nossa lei, nossa vertude, / nossa honra, nosso bem / avorrecemos, / nam procuramos saude, / do mal que cura nam tem / adoecemos. // Nisto caem os letrados / e os outros entendidos, / todos querem / dos judeos ser avisados, / servidos e percebidos; / nem esperem, / em cabo de seu serviço, / de sua negra aprestança, / senam dano; / tanto cega seu inliço, / que traz cor de ter bonança / sem engano!” (Cf. *CGGR*, 57, I, p. 214). O clima das trovas revela o estado de ânimo daqueles que criticam a dissolução dos costumes, causando, nos que almejam um velho Portugal, um genuíno desconcerto do mundo.

27 Adeline Rucquoi, *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 306.

nisto que quero dizer:
 com quem sam de correger
 se mostram esquecer mais.

- 105 Se com elas nos topamos,
 levam tam fortes bocados
 que, quando mais pelejamos,
 somos mais desbaratados.
 Nam por serem apertados
 110 nem mui rijos de romper,
 mas aturam o correr
 que nos vencem de cansados.

- E assi que nos tornamos
 os mais de nós ipotentes,
 115 porqu>eles sam tam valentes
 que por vencidos nos damos.
 E tal que, quando escapamos
 da sua boca danada,
 vento é mouros de Grada
 120 par>oo medo que levamos.

Percebe-se nessa última estrofe o clima de desconsolo, mas também, de certo modo, conformismo, pelo estado em que se encontrava Portugal em plena época de conquistas. Devido ao fácil acesso às riquezas trazidas de novas terras descobertas e exploradas, a nação tornou-se um centro comercial em que se travava a batalha da astúcia nos negócios. O poeta declara tornarem-se os portugueses “ipotentes” porque os mouros “sam tam valentes / que por vencidos” se dão. Fica claro que a valentia a que alude Castel Branco não se refere a lutas militares, mas a verbais, pois é a “boca danada” que atemoriza os portugueses – é pela esperteza em negociar que os mouros vencem.

O poeta, antes de finalizar o relato, confessa não estar à altura de Antão da Fonseca, que, por estar há tempos em luta em África, sabe mais “aravia” – o árabe corrompido falado por cristãos²⁸ – que aqueles que se encontram na corte. Como prova de conformismo e despreocupação pelo estado de coisas vividas pelos cidadãos, diz ter feito paz com os mouros, apesar de a eles não aprazer o relacionamento com os cristãos, como se depreende da penúltima estrofe:

- Destas novas nam dou mais,
 porque seraa demasia
 querer falar aravia
 com vós, que a ensinais.
 125 Porem, quando cá estais,
 quantas vezes derribado
 fostes e desbaratado
 destes immigos mortais.

28 O termo também tem sentido de linguagem embaçada. (cf. Aida Fernanda Dias, *op. cit.*, 2003, p. 85).

Eu tenho ja feito paz
 130 com eles por ano e dia,
 inda que por mais queria,
 mas a eles nam lh'apraz
 e quem mal cae mal jaz.
 Eu ando mui avisado,
 135 s'achar algũu desmandado,
 bem sabeis como se faz.

João Rodrigues de Castel Branco termina suas trovas louvando novamente o comendador, valendo-se de outro código cavaleiresco, o beija-mão, índice de vassalagem, apesar de, como demonstra o poema, serem códigos meramente formais e de cortesia:

Fim.

Aqui faço conclusam,
 beijando com muita fe
 as mãos de vossa mercê
 140 e do senhor vosso irmão.
 E nam vos esqueceram
 Rui Lobo, Jorge de Sousa,
 que nam podem mandar cousa
 que negue meu coraçam.

Em seu *Dictionnaire des symboles*, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant comentam que «le symbole du chevalier s'inscrit (...) dans un complexe de combat et dans une intention de spiritualiser le combat. (...) Le rêve du chevalier révèle le désir de participer à une grande entreprise, qui se distingue par un caractère moralement très élevé et en quelque sorte sacré»²⁹. As afirmações, de certa forma, resumem o ideal cavaleiresco de aventura – combate e participação em uma grande empreitada – sempre espiritualizada e sagrada. Esse ideal é perseguido ainda nos séculos XV e XVI, em Portugal, época em que a instituição cavaleiresca assiste ao seu declínio. Se a aventura ultramarina objetiva o combate contra os infiéis, ideal cruzadístico e messiânico levado a cabo pela dinastia de Avis, principalmente por Afonso V, ela representa, na verdade, o apego dos monarcas e nobres pelo retorno à era de ouro da cavalaria. No entanto, a realidade a que assistiam impossibilitava qualquer realização desse sonho. Se em suas origens a cavaleiro somente se ascendia pela linhagem³⁰, ela agora, no Quatrocentos e no Quinhentos, existe pelo favor real e pelo anseio de galgar o *status* mais alto da pirâmide social. No *Cancioneiro* de Resende, são muitos os poemas que criticam essa mobilidade, a qual denegria a pureza da cavalaria. Álvaro de Brito Pestana, por exemplo, um ferrenho crítico dos costumes que corrompiam o reino, escreve:

Ca muitos baixos, indinos
 de nobrecidos lugares,

29 Cf. Jean Chevalier & Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles. Mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*, [Paris], Robert Laffont/Jupiter, [2004], p.233.

30 Para Raimundo Lúlio, linhagem e cavalaria “se convêm e se concordam, porque linhagem não é mais que continuada honra anciã, e Cavalaria é Ordem e regra que se mantém desde o começo dos tempos em que foi iniciada, que adentrou até os tempos em que estamos. Logo, porque linhagem e Cavalaria se convêm, se fazes cavaleiro homem que não seja de linhagem (...) fazes serem contrários linhagem e Cavalaria...” (*Op. cit.*, p. 57).

pervalecem,
 e com ricos trajos finos,
 5 cadeas d'ouro, colares,
 engrandecem.
 Aos nobres sem dinheiros
 nam lhe catam melhorias,
 porque caiam;
 10 menospreçam cavaleiros
 onde se cavalarias
 nam ensaiam³¹.

Também Luís Henriques registra o costume numas trovas que faz a Simão de Sousa. No poema, Henriques pede ao fidalgo que lhe confirme um alvará de cavaleiro, pois, não tendo fazenda, ou seja, não sendo rico precisa do alvará para ser reconhecido cavaleiro. Pelo teor do poema, percebe-se que ser cavaleiro tornou-se uma função burocrática e, mais, como isso era importante para a ascensão social. Ressalta, também, a diferença entre os vilãos e aqueles que são nobres pela linhagem e serviço do rei:

Que nom pode ser mor mal,
 desigual,
 aos homens bem criados
 que o vilão bestial,
 5 porque tem mor cabedal,
 leve os boons nam abastados,
 cujos paes, avoos, parentes
 foram criados dos reis,
 algũs capitães de jentes,
 10 isto nam por acidentes,
 mas consintem-nos as lei.

Aos homens de linhagem
 a vantagem
 deverãao dar nesse caso
 15 e nam mostrar-lhes ultrajem
 nem perderem sa menajem
 e deixá-los taees no raso.
 Porque quem nam tem cavalo,
 polo nam poder manter,
 20 sabe mui bem trabalhá-lo
 e havê-lo e buscá-lo
 ao tempo do mester³².

Na última estrofe, confirma sua condição e pede que seu direito seja reconhecido:

Sabem muito bem servir,
 sem s'esperdir,

31 Cf. *CGGR*, 57, I, p. 218 (cf. nota 26 *supra*).

32 Cf. *CGGR*, 391, II, pp. 305-307.

- 25 quando lhes é requerido,
 e os que tal sabem seguir
 é de crer e presumir
 serem dinos do pedido.
 Mas pois isto j> assi vai,
 30 nam quero confirmaçam,
 meu alvara me mandai
 e de mim, senhor, tomai
 servir per obrigaçam.

De acordo com estudos de Adeline Rucquoi, a sociedade medieval hispânica era binária, em que conviviam nobres e não nobres. O que se procurava era ascender socialmente, ser nobre, e isso poderia ser conseguido no serviço público, na aquisição de conhecimentos, nas conquistas internas e ultramarinas e na acumulação de riquezas outras que dava ao aspirante a nobre oportunidade de abandonar o *status* que possuía, de vil ou vilão, para ser admitido na nobreza³³. Dessa situação, é revelador o poema de Luís Henriques.

Segundo Henrique da Gama Barros,

as guerras na África ainda ofereciam, sem dúvida, um vasto campo para o desenvolvimento do entusiasmo guerreiro; e na tomada de Arzila vemos o monarca armar cavaleiro o sucessor da coroa [D. João II]. Mas o tempo da cavalaria tinha passado; e os capitães da África eram os próprios que, no dizer dos fidalgos, elevavam à classe de cavaleiros quem não possuía os meios necessários para guardar o esplendor do seu novo estado, nem para feitos assinalados havia adquirido direito a tal distinção³⁴.

Vários foram os motivos para a decadência da Cavalaria, além desses apontados por Gama Barros. Franco Cardini, em “O Guerreiro e o Cavaleiro”, por exemplo, constata que uma das razões do ocaso da cavalaria foi o surgimento das armas de fogo. Se no campo de batalha, elas descartam o cavaleiro montado, nas cidades ele revive seus tempos de glória nos torneios e justas – jogos tão antigos, mas que, no contexto dos séculos finais da Idade Média, têm apenas a função de manter o sonho das glórias passadas. Para o estudioso, a figura do cavaleiro, aquele herói revestido de armadura, que combate com o seu cavalo, que se agrupa em torno do seu senhor e presta serviço – amor – a uma dama, parece cair por terra, com a aparição da besta, do “long bow” e dos obuses, a partir do século XV³⁵. Mas sonhará com uma nova glória: o descobrimento de um Novo Mundo que poderá, ainda uma vez, concretizar sua aventura, a do achamento do verdadeiro Paraíso Terrestre. E essa concretização se dará quando ao novo cavaleiro for-lhe reconhecida a honra, mas principalmente quando lhe forem dadas as concessões e os benefícios régios.

33 Adeline Rucquoi, *op. cit.*, p. 249.

34 Cf. Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Ed. Torquato de Souza Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-54, p. 372.

35 Cf. Franco Cardini, “O Guerreiro e o Cavaleiro”, In: *O Homem Medieval*, [Dir.] Jacques Le Goff. Lisboa, Presença, 1989, p. 77, *passim*.

RESUMO: Em “A Saída do Cavaleiro Cortês”, Erich Auerbach comenta que a “aventura” é um dos ideais cavaleirescos, não a aventura fortuita, mas a da provação. Nos séculos XV-XVI portugueses, a aventura cavaleiresca é agora realista, representada pela luta contra os infiéis, os mouros, mas acrescida de outro elemento: a descoberta de novos mundos. Apesar de ainda persistirem os ideais da cavalaria, o “novo” cavaleiro pressente o fim deles devido às Descobertas. É o que deixa transparecer João Rodrigues de Castel Branco nas trovas n. 394, do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, de 1516.

Palavras-chave: cavalaria – Descobrimentos – mercantilismo – mouros – aventuras

ABSTRACT: In ‘A Saída do Cavaleiro Cortês’, Erich Auerbach comments that adventure of probation is one of the ideals of a knight. In the Portuguese XVth-XVIth centuries, knights’ adventure is now realistic, represented by the fight against the faithless, the Moors, but with an additional element: the discovery of new worlds. Although the persistence of some of the chivalric ideals, the ‘new’ knight foresees their end, due to the Portuguese conquests. That is what João Rodrigues de Castel Branco shows in the poem nr. 394 compiled by Garcia de Resende in his *Cancioneiro Geral*.

Key-words: chivalry – Discoveries – mercantilism – Moors – adventures